



## AUTÓGRAFO Nº 67/2017 AO PL 040/2017

*Altera a Lei Municipal nº 3.526, de 26 de dezembro de 2016.*

**Art. 1º** O *caput* do artigo 1º e seu parágrafo 3º passam a ter as seguintes redações:

Art. 1º. Fica o Município de Gramado autorizado a transferir 140 (cento e quarenta) terrenos populares localizados no Loteamento Carazal, na localidade do Carazal, neste município, distribuídos nas Quadras “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F”, “G” e “H”, a quem for selecionado nos termos desta Lei, observados os requisitos exigidos pelo Programa Habitacional Federal “Minha Casa, Minha Vida” e pela Caixa Econômica Federal para fins de financiamento da construção das unidades habitacionais.

§ 1º...

§ 2º...

§ 3º. Todos os atos obrigatórios relacionados com esta Lei serão publicados por edital disponibilizado na imprensa local, no mural de publicações oficiais e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Gramado.

**Art. 2º.** É acrescentado o parágrafo 6º ao artigo 1º, com a seguinte redação:

Art. 1º. ....

§ 1º. ...

§ 2º. ...

§ 3º. ...

§ 4º. ...

§ 5º. ...

§ 6º. Os lotes a seguir relacionados permanecerão sob a propriedade do Município de Gramado:

- a) Lote 02 da Quadra B;
- b) Lote 16 da Quadra B;
- c) Lote 33 da Quadra B;
- d) Lote 04 da Quadra C;
- e) Lote 23 da Quadra C;



- f) Lote 04 da Quadra D;
- g) Lote 23 da Quadra D;
- h) Lote 07 da Quadra E;
- i) Lote 18 da Quadra E;
- j) Lote 05 da Quadra F;
- k) Lote 19 da Quadra F;
- l) Lote 02 da Quadra G;
- m) Lote 04 da Quadra H.

**Art. 3º.** Os incisos III e VI do artigo 5º passam a ter a seguinte redação:

I - ...

II - ...

III - população beneficiária: famílias com renda bruta familiar mensal limitada às normas do “Programa Minha Casa, Minha Vida”;

IV - ...

V - ...

VI - comprovante de tempo de moradia no nome do(a) titular do cadastro, ou no de seu(sua) cônjuge ou companheiro(a), tais como: faturas de água, energia elétrica, telefone residencial ou condomínio; recibo de aluguel, emitido por imobiliária; histórico escolar de filho(s); contratos de locação firmados há no mínimo 3 (três) meses antes da data do recadastramento ou da inscrição, com firma reconhecida àquele tempo, e outros documentos comprobatórios que atestem a moradia de no mínimo 5 (cinco) anos ininterruptos no município de Gramado.

**Art. 4º.** O *caput* do artigo 6º, bem como o inciso II do seu parágrafo 1º e seu parágrafo 2º passam a ter as seguintes redações:

Art. 6º. Terão preferência para a compra dos terrenos populares deste Loteamento as pessoas que foram recadastradas pela Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social por meio dos Editais nº 001/2016 e 002/2016.

§ 1º. ...

I - ...

II – será permitida somente a aquisição de um lote por unidade familiar, obedecida a ordem de seleção, em conformidade com art. 7º, inciso I, alíneas “a”, “b” e “c”, desta lei;

III - ...

IV - ...



§ 2º. Aquele que se desfizer do terreno adquirido por meio desta Lei, na condição de adquirente, cônjuge e/ou sucessor deste, fica impedido de ser novamente beneficiado com as políticas instituídas pela legislação municipal.

**Art. 5º.** Os incisos I e II do artigo 7º passam a ter as seguintes redações:

I – Estiverem inscritos na Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, obedecendo-se a seguinte ordem:

- a) os inscritos através dos editais 001/2016 e 002/2016;
- b) os inscritos para o Loteamento Popular Carazal, na Secretaria de Cidadania e Assistência Social, até dezembro de 2016;
- c) as novas inscrições que vierem a ser realizadas através de chamamento público, decorrente desta Lei.

II – renda bruta familiar mensal limitada às normas do “Programa Minha Casa, Minha Vida”;

**Art. 6º.** O artigo 9º passa a ter a seguinte redação:

Art. 9º. Caso o número de inscritos não atinja o número de lotes do Loteamento, a Secretaria da Cidadania e Assistência Social abrirá prazo para o recebimento de novas inscrições e seleção por meio de edital a ser publicado na imprensa local, no mural de publicações oficiais e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Gramado, obedecidos os critérios estabelecidos nesta Lei.

**Art. 7º.** Altera o *caput* e os parágrafos 1º e 2º e acresce o parágrafo 3º do art. 11 que passam a ter a seguinte redação:

Art. 11. Dentre os candidatos inscritos decorrentes do art. 7º, inc. I alíneas “b” e “c” deverá ser observado o disposto no art. 12 da Lei Municipal nº 3.458/15.

§ 1º Em havendo número maior de inscritos do que lotes disponíveis será realizado sorteio.

§ 2º O Município providenciará a realização de sorteio, com data, horário e local divulgados por edital publicado na imprensa local, no mural de publicações oficiais e no sítio eletrônico da Prefeitura, para a contemplação dos lotes aos classificados, com os respectivos suplentes.

§ 3º O processo de habilitação, classificação e sorteio dos candidatos será acompanhado pelo Conselho Municipal de Habitação.

**Art. 8º.** O artigo 12 passa a ter a seguinte redação:

Art. 12. Os candidatos selecionados deverão, obrigatoriamente, comparecer à Caixa Econômica Federal, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a divulgação da lista dos beneficiários, para avaliação documental quanto ao financiamento das unidades habitacionais.



**Art. 9º.** O artigo 14 passa a ter a seguinte redação:

Art. 14. Os inscritos que não comparecerem à Caixa Econômica Federal no prazo estipulado no artigo 12 desta Lei para avaliação documental e, acaso positiva, para assinatura do contrato, serão excluídos, convocando-se os suplentes na ordem de classificação.

**Art. 10.** O artigo 15 passa a ter a seguinte redação:

Art. 15. O Município licitará a construção de unidades habitacionais a serem construídas neste Loteamento, sendo que o custo de cada unidade habitacional será apurado pelo Programa Habitacional Federal “Minha Casa, Minha Vida”, gerenciado pela Caixa Econômica Federal, a qual firmará contrato com a construtora vencedora do certame municipal, obedecendo às normas e os critérios estabelecidos nesta Lei e pela Caixa Econômica Federal.

**Art. 11.** Altera o caput e revoga o parágrafo 2º do artigo 16 que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16. Os inscritos oriundos dos editais 001/2016 e 002/2016 somente serão descartados após três (03) chamamentos públicos da comunidade.

Parágrafo único. Após o chamamento público realizado, nos termos do *caput* deste artigo, o Poder Executivo deverá formalizar novo cadastro de pessoas que manifestaram seu interesse em inscrever-se nos programas habitacionais do Município.

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gramado, 13 de novembro de 2017.

**João Alfredo de Castilhos Bertolucci**  
**Prefeito de Gramado**